

Experiência de linguagem na escrita de infância / *Experience of language in Children's Literature*

Maria José Palo*
Marina Miranda Fiuza**

RESUMO

A Literatura Infantil é, na contemporaneidade, um campo de estudos em ascensão. Sua consolidação no rol dos estudos literários, porém, enfrenta equívocos que remontam à sua própria adjetivação. O termo “infantil”, comumente referido a partir de uma compreensão biopsíquica da infância, é interpretado como caracterizante de algo limitado e inacabado, portanto, de menor valor. Embasado na filosofia de Giorgio Agamben, surge uma nova chave de acesso ao conceito de “infantil” na experiência literária, cujo método está na mediação da própria linguagem. A partir do conceito de “experiência de linguagem”, o *infans* pode ser reconhecido no centro discursivo do texto, espaço em que ganha presença ao inscrever as qualidades literárias reconhecidas numa poética que não se deixa esgotar pelo estatuto da simbologia. Travessia essa que marca a *Literatura de Infância*, ao propiciar à criança a presença histórica como linguagem, e consequente poder de 'ser uma voz e ter-lugar no tempo' da enunciação literária. As narrativas exemplares, contos de Carrascoza, apenas nos oferecem o lugar da experiência como um modo de manifestação da “infância” na linguagem escrita, com o objetivo de marcar os limites que separam a língua da fala.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Infantil; infância; experiência de linguagem.

ABSTRACT

*Children's Literature is a rising research field. However, its consolidation in the area of literary studies faces obstacles that go back to its own definition. The concept of “children”, commonly referred to from a psychobiological understanding of childhood, is interpreted as of something limited and unfinished, therefore, of less value. Based on the philosophy of Giorgio Agamben we offer a different key of access to the concept of “children's” in the context of the literary experience, which method lies in the mediation of the language itself. In this concept of “experience of language”, the *infans* can be recognized in the discursive center of the text, where it gains a signical presence by inscribing the literary qualities in the recognition of an aesthetic that is not drained by the status of symbology. This resignification marks Children's Literature, giving the child a historical presence as ‘language’ and consequent power to ‘be a voice and a presence in the time’ of the literary enunciation. The exemplary narratives, by Carrascoza, provide us with the place of experience as a manifestation of the “childhood” in the center of the written language aiming to set the limits between language and speech.*

KEYWORDS: Children's Literature, childhood, experience of language.

1 Introdução

A Literatura Infantil nacional é, na contemporaneidade, um campo de estudos em ascensão, sobretudo desde a década de setenta, em que ocorreu a expansão das produções literárias destinadas à criança brasileira, fenômeno decorrente dos incentivos

* Professora Doutora Associada do Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP. Líder do Grupo CNPq: "A Voz escrita infantil e Juvenil: práticas discursivas", mpalo@terra.com.br

** Doutoranda do Programa de Estudos Pós-graduados em Literatura e Crítica Literária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. Integrante do Grupo de Pesquisa: A voz escrita infantil e juvenil: práticas discursiva, marinafiuza@yahoo.com.br

do Estado com a adoção de livros paradidáticos nas escolas, pondo em favorecimento a prática da leitura. De lá para cá, a produção artística crescente tem acompanhado os esforços da crítica no sentido de designar a Literatura Infantil em sua natureza e especificidades, bem como em inseri-la no currículo dos estudos literários da academia brasileira.

Este artigo visa a tratar de um aspecto mais específico da tomada de posição dos estudiosos da Literatura Infantil, sob a perspectiva científica de uma Literatura também merecedora do estudo de sua função e natureza qualitativa. Trata-se, a nosso ver, do pré-conceito atribuído à adjetivação aplicada ao termo “infantil”, comumente tratado a partir de uma semântica biopsíquica de *infância*, que, por sua vez, tem sido interpretada como algo menor, limitado e descaracterizado pela visão adulta. Longe de esgotar o sentido da natureza imanente à literatura infantil, pretendemos esclarecê-la pelo viés de uma abordagem filosófica da Infância, que entendemos ser capaz de superar o grande obstáculo então colocado ao estatuto da Literatura Infantil, o qual se remete, a nosso ver, à sua própria adjetivação.

Num primeiro momento, retomamos os efeitos do hábito de um significado comum atribuído à ideia de *infância* como representação de um ideal dominante de futuridade, para, em seguida, partirmos para a demonstração da instância da *infância* do sujeito da linguagem no discurso literário presentificado, apoiados pela filosofia de Giorgio Agamben (AGAMBEN, 2008 p. 10). Ao jogar novas luzes à linguagem sob o conceito de *infância*, seguindo o pensamento filosófico agambeniano, objetivamos demonstrar que, mais do que estar representada na literatura, a *infância* é determinante da verdade da própria natureza literária, o que libera tanto o sujeito quanto seu extrato biopsicológico, já que somente atua como linguagem, tendo a experiência transcendental como seu limite.

Pretende-se trilhar um caminho de reflexão da experiência literária sobre a adjetivação então aplicada à linguagem infantil, em função da construção e do deslocamento do sujeito da língua à fala, para adentrar o campo estético das percepções, ou seja, reconhecer a sua literariedade, natureza essencial aplicada ao aspecto infantil no centro discursivo. Este limite transcendental da linguagem se remete à infância que passaria a ser reconhecida não só como um ser discursivo em potência, mas também como essencial produtor da temporalidade distinta no discurso infantil. Nesta unidade,

situa-se o ser infantil à luz dos significadores flutuantes "criança" / "infância" / "alteridade", sobretudo no plano existencial preso à simbolização, uma vez dele descaracterizado na relação "infância e adulto".

Infância é o destino da verdade, é o tempo histórico que assim deve ser caracterizado na Literatura Infantil, território da linguagem do desconhecido, não na tradição da metafísica ocidental, mas, no futuro latente e potente da essência do literário: neste domínio, a criança terá construído o tempo presente a emergir na ação futura do próprio empoderamento, porém, à distância daquele do adulto. Não esquecendo de priorizar que a literatura é latência em que toda gestualidade referencial sugere uma consciência na forma específica de poder.

2 A INFÂNCIA PARADOXAL

“Todas as pessoas grandes foram um dia crianças – mas poucas se lembram disso”, diz a célebre frase do *Pequeno Príncipe*, de Saint-Exupéry (1943). A tentativa de retomada da infância pelo processo de rememoração historiada é fadada ao fracasso, visto que parte do pressuposto de que há, entre a criança e o adulto, um afastamento temporal linear que, para ser desativado, carece do esforço retroativo da memória.

Não se conhece a infância; no caminho das falsas ideias que se têm, quanto mais se anda, mais se fica perdido. Os mais sábios prendem-se ao que os homens importa saber, sem considerar o que as crianças estão em condição de aprender. Procuraram sempre o homem na criança, sem pensar no que ela é antes de ser homem. (ROUSSEAU, 2004, p. 4).

A citação de Jean Jacques Rousseau (1712) revela-nos, de maneira inédita, na história da humanidade, uma antecipação para compreender a natureza do que se entende pelo termo infantil e por criança. Igualmente, entender a infância como um período da vida humana, ambíguo e específico foi também objeto de reflexão de uma série de notáveis pensadores: Freud, Piaget, Vigotsky, para citar apenas alguns. Embora muito se tenha avançado na compreensão da infância, ainda hoje, tende-se a entendê-la sob um olhar dominante do adulto sobre ela, insuficiente, a nosso ver, para

reconhecê-la como uma entidade que tem voz, visto que sua diferença deve se assentar na relação com a vida adulta em comunidade.

Palo e Oliveira (1992) afirmam que o vínculo entre dominador (o adulto) e dominado (a criança) é algo que se dá inquestionável e, naturalmente, numa organização social capitalista. Segundo as autoras,

(...) falar à criança, no Ocidente, pelo menos, é dirigir-se não a uma classe, já que não detém poder algum, mas a uma minoria que, como outras, não tem direito a voz, não dita seus valores, mas, ao contrário, deve ser conduzida pelos valores daqueles que têm autoridade para tal: os adultos. São esses que possuem saber e experiência suficientes para que a sociedade lhes outorgue a função de condutores daqueles seres que nada sabem e, por isso, devem ser-lhes submissos: as crianças". (PALO e OLIVEIRA, 1992, p. 5).

Semelhante incapacidade de conceber a infância na sua consciência de poder aparece também nos livros destinados à criança, bem como na sua leitura e interpretação. Afinal, é sempre bom lembrar que a crítica se dá *a posteriori* à produção artística, e tal expressão mais é um reflexo do homem social e histórico que se antecipa como um legado à infância. Desta forma entendendo, a literatura sempre refletirá o pensamento coletivo, ainda que se mostre aparentemente nas particularidades de uma determinada cultura, mostrando consonância com Walter Benjamin:

A atual literatura romanesca juvenil, criação sem raízes, por onde circula uma seiva melancólica, nasceu no solo de um preconceito inteiramente moderno. Trata-se do preconceito segundo o qual as crianças são seres tão diferentes de nós, com uma existência tão incomensurável à nossa, que precisamos ser particularmente inventivos se quisermos distraí-las. No entanto nada é mais ocioso que a tentativa febril de produzir objetos – material ilustrativo, brinquedos ou livros – supostamente apropriados às crianças. Desde o Iluminismo, essa tem sido uma das preocupações mais estereis dos pedagogos. Em seu preconceito, eles não veem que a terra está cheia de substâncias puras e infalsificáveis, capazes de despertar a atenção infantil. (BENJAMIN, 1994, p. 237).

A preocupação em repensar o conceito de infância tem sido estéril na literatura ocidental, pelo fato de que todo o processo de revisão insiste em remontar a ideia de regresso, por pressupor uma distância temporal linear. Vemo-nos, pois, diante de um paradoxo na produção escrita infantil: há uma recorrência de livros que falam *para* a

criança sem falar *com* a criança, ou melhor, negam a idade da infância pela cronologia e vivência do adulto e seu poder.

Nos estudos literários, observa-se uma constante apropriação da literatura infantil por áreas em que a infância é dominada por uma mística ou por uma realidade psíquica frequente, como é o caso da pedagogia e da psicologia, quando é apenas linguagem numa relação histórico transcendental em que a experiência se torna verdade.

Enquanto a infância for entendida como um período derivado da idade biológica a ser resgatado por via empática da memória, mais se aumenta a distância da sua temporalidade genuína fadada à sua exclusão da Literatura Infantil e, principalmente, do campo literário, com conseqüente não participação e não existência, porque negado no tempo da geração futura ou "geração que vem", no dizer agambeniano.

Pelo prisma do paradoxo, perguntamos: como poderíamos, então, alcançar o ser criança no que ela é antes de ser adulto, como sugeriu Rousseau, considerada como adulto potencial? A resposta de Walter Benjamin aponta-nos na citação anteriormente transcrita: trata-se de abandonar nossa posição de existência incomensuravelmente diferente e oposta à da criança, partindo para uma tentativa não mais de legado, mas de *restauração* da infância por via da linguagem, da qual é dependente, para atualizar o fundamento daquilo que é propriamente humano, a linguagem.

A in-fância que está em questão no livro não é simplesmente um fato do qual seria possível isolar um lugar cronológico, nem algo como uma idade ou um estado psicossomático que uma psicologia ou uma paleoantropologia poderiam jamais construir como um fato humano independente da linguagem. (AGAMBEN, 2005, p. 10).

Não nos cabe mais entender a criança em sua relação com a literatura infantil sob a noção cronológica do tempo transcendental do ser humano. Não nos cabe mais pensar a criança fora do lugar original do pensamento e da palavra, em busca da própria enunciação, nem mesmo como personagem por meio de temáticas apropriadas ao contexto dominante. Se a experiência é o limite transcendental da linguagem, todas essas questões são, sob a nossa perspectiva, marginais ao texto literário e à linguagem da criança naquilo que lhe permite aproximá-la, ontologicamente do texto, pela via da leitura.

3 O ser infantil: aquele que não fala

Longe de responder a todos esses problemas, vemo-nos agora diante de mais um impasse. Como poderíamos revelar uma infância restaurada se a *infância*, já em sua etimologia, significa “aquele que não fala” (“Infância” tem sua origem no latim *infantia*, que por sua vez advém do verbo *fari*, falar, onde *fan* significa *falante* e o prefixo *in*, sua negação). Em outras palavras, como falar a partir da infância se a nossa própria capacidade discursiva pressupõe a expropriação da condição de infante? Ou, a partir do discurso articulado do adulto, é possível restaurar a língua infantil da ausência de voz?

Ora, para respondermos a mais essa questão, é preciso entender o que caracteriza este estado de linguagem da infância ou experiência de linguagem da voz. Elegemos aqui, alguns aspectos fundamentais:

I. A língua infantil alcança o discurso apenas como voz: A ausência de voz não pressupõe a ausência absoluta de forças, nem mesmo a ausência de linguagem. A infância é o estado primeiro da linguagem, germe da experiência que precede o discurso articulado. Para apreender a potência da voz de infância é preciso abrir-se para uma relação otimista com a privação, para a ideia de um estado “positivo” da *negatividade*. Segundo o filósofo Agamben, referência nos estudos da Infância da linguagem e da destruição da experiência metafísica, “a potência – ou o saber – é a faculdade especificamente humana de manter-se em relação com uma privação, e a linguagem, na medida em que é cindida em língua e discurso, passa a conter estruturalmente esta relação, não é nada além desta relação” (AGAMBEN, 2008, p. 14). Em outras palavras, a língua é mais potente na medida em que pode ser um devir-discurso, a ser realizado pela consciência em si mesma: a experiência: “Portanto, experiência é aqui simplesmente o nome do traço fundamental da consciência: a sua essencial negatividade, “o seu já sempre o que não é ainda” (AGAMBEN, 2008, p. 43).

II. A língua infantil não está sujeita à uma idade biologicamente demarcada, mas a uma experiência humana: A cisão língua-discurso é o que caracteriza o homem e o diferencia dos outros animais que permanecem para sempre na mudez infecunda. Pensar que o homem só assume sua humanidade a partir do momento em que se estabelece

como um sujeito, isto não o faz superar o estado original da infância. Esta passagem da voz muda para a voz discursiva não é mais a ultrapassagem de um obstáculo que se coloca na linha cronológica da vida humana, senão uma experiência dialética que se atualiza constantemente pela linguagem e que faz da infância sua coexistência e não mais seu prolongamento. Aqui, nasce o novo sujeito da infância. Leiamos:

(...) a infância que está aqui em questão, não pode ser simplesmente algo que precede cronologicamente a linguagem e que, a uma certa altura, cessa de existir para versar-se na palavra, não é um paraíso que, em um determinado momento, abandonamos para sempre a fim de falar, mas coexiste originalmente com a linguagem, constitui-se aliás ela mesma na expropriação que a linguagem dela efetua, produzindo a cada vez o homem como sujeito. (AGAMBEN, 2008, p. 59).

III. A literatura diz a experiência da língua infantil: Se a linguagem fosse apenas uma série de signos a serem reconhecidos e decodificados pelo falante, a literatura como arte poética e sua linguagem não existiria. É justamente por apropriar-se da potencialidade da língua em seu devir e por instalar-se no limiar entre o semiótico e o semântico que a linguagem literária se estabelece como uma experiência, atual e perceptiva, criadora e lúdica. Diante do discurso literário, ao infante é oferecido o convite de atualizar essa experiência primária (*In-fância do homem*) que o caracterizará como ser humano, um sujeito do discurso e, como lugar de experiência, torna-se capaz de reconciliar-se com a essência infantil, sua verdade.

Se não houvesse a experiência, se não houvesse uma infância do homem, certamente a língua seria um “jogo”, cuja verdade coincidiria com o seu uso correto segundo regras lógico-gramaticais. Mas, a partir do momento em que *existe uma experiência, que existe uma infância do homem, cuja expropriação é o sujeito da linguagem*, a linguagem coloca-se então como o lugar em que a experiência deve tornar-se verdade. (AGAMBEN, 2008, p. 62; nossos grifos).

Compreender o conceito de infância da linguagem na estrutura da consciência dá lugar ao infantil como potência discursiva, cuja função não tem o alvo mais de representar uma gama de escolhas aleatórias, mas, sim, de apresentá-las pela experiência que realiza em si uma nova consciência, não mais como um modo, mas como essência da linguagem que se pretende literária.

4 No princípio era... a in-fância do homem

Os dois contos selecionados para leitura exemplar têm um autor único, João Anzanello Carrascoza, mas pertencentes a duas coletâneas diferentes, sendo uma delas classificada apenas como “conto brasileiro” e outra especificamente como “infantojuvenil”. Trata-se, respectivamente de “Espinhas”, da antologia *Espinhas e Alfinetes* (2010) e de “Princípio”, da coletânea *Caixa de Brinquedos* (2016).

De imediato, as escolhas dos contos permitem-nos identificar semelhanças entre si: ambos são contos de abertura das referidas coletâneas e se iniciam com semelhante referência bíblica da criação do universo: “No princípio”.

No princípio era o silêncio dos morros, uns de pedra, outros pontuados de capim, e eu não conseguia ver muito à distância, os olhos poucos para abraçar aquelas grandezas. (CARRASCOZA, 2010, p. 9).

No princípio, o menino não sabia o que estava acontecendo. Sentia-se triste, ali, na penumbra. Queria que a manhã chegasse logo. (CARRASCOZA, 2016, p. 9).

Há um estado inicial semelhante, embrionário, indefinido, em que prevalece a ignorância das personagens em relação ao que acontece à sua volta, à espera de algo por vir. No primeiro caso, ainda que o personagem-narrador se diga incapaz de ver à distância, supõe-se a existência de grandezas; no segundo caso, na penumbra, espera pela luz da manhã. Poderíamos dizer que a situação é incipiente, limitada e potencial em ambos, a ocupar um espaço vazio preparando a descoberta, porém em cronotopos diferentes.

Tal iluminação se dá na sequência, conforme a transcrição abaixo.

Mas, como se soubesse de mim mais do que, André estava ali para me ajudar. E eu via maior se ele estivesse perto, mesmo no estreito do milharal, quando íamos no lago do São Tomé, as folhagens sufocando o caminho, e, de repente, com sua voz de menos menino, ele dizia, *Olha, já tem espiga*, e aí eu via, no relance da descoberta, e ele, *Puxa pra frente*, me ensinando a colher - a inesperada alegria. (CARRASCOZA, 2010, p. 9).

Pegou, então, a caixa de lápis de cor, abriu o caderno na primeira página e desenhou um sol. Gostou do que fez. E ficou feliz. (CARRASCOZA, 2016, p. 9).

Tanto o menino-narrador de “Espinhos” (2010) quanto a personagem de “Princípio” (2016) passam de uma condição ignorante para a descoberta do novo, da margem da tristeza para a margem da alegria. No primeiro caso, há a interferência direta de André, o irmão mais velho, quem guia as experiências previstas pelo narrador, ensinando-o a “ver maior”. Veremos adiante, porém, que ainda que haja a influência deste outro, todo o processo de descoberta se descreve pela experiência de linguagem do discurso do narrador, assim como acontece no caso de “Princípio”, quando a personagem, diante da página em branco, começa a criar o seu universo a partir da experiência na ambiguidade do sensível da linguagem.

Mais do que fazer referência às personagens infantis, ambas as narrativas tanto remetem ao fenômeno da linguagem em devir como também são construídas pelo estado potencial da infância, a negatividade do vir-a-ser que lateja entre dois tempos, no espaço criado entre a escuridão e a revelação. Há uma junção temporal entre os dois enunciados, aguardam o futuro da linguagem em si reservada no espaço da página branca, página de silêncio à espera do inteligível na sua qualidade inefável.

4.1 Espinhos

“Espinhos” (CARRASCOZA, 2010) tem como narrador em primeira pessoa um menino que conta seu cotidiano na fazenda na companhia do irmão mais velho, André. Juntos, exploravam os ambientes amplos e cheios de vida da fazenda, numa constante disposição para a novidade. A primeira pessoa deixa a vagueza da ação aberta à poeticidade, em representação pelo tempo imperfeito dos verbos, como observamos abaixo:

A gente levantava sem ninguém chamar, como os pássaros, naquela felicidade de voar, e as vacas e os bezerros e os cavalos, todos de pé, assim eles dormiam, porque, ao acordar já estavam prontos, o mundo recomeçando. (CARRASCOZA, *Espinhos*, 2010, p. 12).

À semelhança dos pássaros, os meninos eram livres, guiados pelos próprios instintos, abertos para a espontaneidade de seus corpos em crescimento. Embora a rotina

rural fosse estabelecida, os irmãos despertavam para aquele que era o seu mundo, com a disposição para descobrir sempre a novidade naquilo que havia de habitual, o novo. Cada manhã era um princípio pronto para ser iluminado pelos olhares infantis dos irmãos, ao mesmo tempo em que lhes é revelada a potência latente de todo o princípio na “infância da experiência”, a sua fábula.

O narrador empresta os olhos de André para enxergar a novidade do mundo, suas lonjuras. Era André quem sempre o convidava para abrir os olhos: “*Olha, já tem espiga, e aí eu via, no relance da descoberta*” (CARRASCOZA, 2010, p. 9), “*Veja, veja, e eu ergui os olhos*” (p.10), “*Você viu? A Mãe está alegre, e eu disse, Pra mim ela está igual sempre, e ele, É um outro jeito de alegre.*” (p. 10), “*Olha, veja! E eu vi o que não via, apesar de tão perto de mim.*” (p.14) Ambos dividem a realidade na ambiguidade da visão a redimensionar os sentimentos tardios da infância de olhar aberto.

A admiração do caçula pelo irmão mais velho torna-o obediente aos seus comandos. Embora sem marcas cronológicas na caracterização das personagens, André é visto pelo narrador como o mais experiente e é essa visão admirada que o lança para a experiência expropriada da vida.

Com André o mundo se mostrava em novidades, o mundo acordava, e os dias, qualquer um e todos, eram dias de lembrar o que os olhos esqueciam no costume de ver mais. (CARRASCOZA, 2010, p. 10).

Não é André quem passa a experiência ou quem transfere a sensação do mundo ao narrador, é o narrador que transfere suas sensações e percepções de semelhanças ao real como uma alteridade na busca originária de outra subjetividade em troca de conduta de outrem, conforme aponta Merleau-Ponty, a seguir:

É preciso, portanto, que, pela percepção de outrem eu me encontre posto em relação com um outro eu, que ele esteja em princípio aberto às mesmas verdades que eu, em relação com o mesmo ser que eu. E essa percepção se realiza: do fundo de minha subjetividade, vejo aparecer outra subjetividade investida de direitos iguais, porque, em meu campo perceptivo, se desenha a conduta de outrem, um comportamento que compreendo, a palavra de outrem, um pensamento que eu abraço, e porque este outro, nascido em meio aos meus fenômenos, apropria-se deles, tratando-os segundo as condutas típicas das quais eu próprio tenho a experiência. (MERLEAU-PONTY, 2015, p. 39).

O chamado para essa experiência originária não vem dos imperativos de André, mas, marca-se pela linguagem do afeto do irmão caçula pelo mais velho. Assim, na ausência de André, o narrador sente sua própria existência ameaçada, pois seu afeto não pode ser mais vivenciado, fica encarcerado pelo luto.

A Mãe desconfiou, a mão na testa, *Está queimando*. Fez um chá e pediu, *Fica aqui com ele*, os dois no quarto, uma hora diversa, não estávamos habituados a ficar dentro, a gente era lá de fora. André tentou erguer, não conseguiu, então falou, *Me ajuda, abre mais a janela*, e eu abri, e vimos – as montanhas azuladas no aperto daquela espaço, com fome de se abrir, para o seu tamanho certo, de amplidão. (CARRASCOZA, 2010, p. 15).

Olhei os morros de pedra lá longe, o capim nas encostas, as montanhas azuladas. Sem o André, quem iria me ajudar a ver aquela imensidão? (CARRASCOZA, 2010, p. 16).

Embora desesperançoso, é com o afeto latente que o menino se coloca em primeira pessoa numa narrativa sensível sobre sua própria existência mediante a relação fraternal. Ainda que a experiência proposta por André partisse do olhar amplo, ela sempre retornava para a particularidade, para a escrita de si-mesmo, daquele que experimenta para uma percepção primeira. E é na temporalidade do afeto com o outro que o narrador, então em primeira pessoa, alcança a si mesmo e ao outro como voz discursiva.

Chegávamos no São Tomé, o lago quieto, as pequeninas árvores nas suas beiradas, a serra ao fundo, sem fim, se deitando em camadas, não cabia em meu olhar aquela beleza, e André, sentado na grande pedra, dizia, *Primeiro você tem de ver tudo de uma vez*. Eu então olhava o horizonte, e, *Depois*, ele completava, *depois vai vendo de pouquinho*, o convite para enxergar as miudezas. E aí eu me esquecia de mim, me via nas montanhas azuladas, no ipê levitando junto à casa-grande da fazenda, no fiapo fumaça que saía de sua chaminé, no tufo branco de uma nuvem, nos seixos diante de nós, nos meus pés onde, por fim, meus olhos, recolhendo-se, chegavam. (CARRASCOZA, 2010, p. 9-10; nossos grifos).

4.2 Princípio

“Princípio” é o conto de abertura da coletânea catalogada como infantojuvenil, *Caixa de brinquedos* (CARRASCOZA, 2016). Trata-se de uma narrativa em terceira pessoa sobre um menino triste e solitário que vai saindo dessa condição inicial por meio do ato criador. Semelhante à gênese bíblica do universo, o menino com lápis e papel na mão vai desenhando o universo à sua volta. Num ritual significativa entre natureza e cultura, o menino ilustra na oposição, cada vez mais próximo de uma nova experiência do tempo do descontínuo em que adentra o palco do maravilhoso em liberdade: “Não são as coisas que saltam da página em direção à criança que as vai imaginando — a própria criança penetra nas coisas durante o contemplar como nuvem que se impregna de esplendor colorido desse mundo pictórico” (BENJAMIN, 2002, p. 69).

No limite de uma folha de papel, a personagem começa sua criação desenhando o sol, para, em seguida, criar o céu e o mar, as árvores e as constelações. À cada novo desenho, sente-se feliz à margem do imprevisível que escapa à margem do papel: “O menino estava assustado de alegria” (CARRASCOZA, 2016, p. 9). A sensação de susto diante da aventura o torna alegre e, assim, sequênciamente, livremente, sua obra no branco da página em liberdade. A repetição da experiência nova, entre hieróglifos, vai revelando atos de temporalidade, a parar o tempo num processo de espera da “infância em gestos de escrita”, da voz da discursividade e da nova consciência de sujeito da linguagem:

Não existem fatos psíquicos subjetivos, “fatos da consciência”, que uma ciência da psique possa imaginar independentemente e aquém do sujeito, pela simples razão de que a *consciência nada mais é que o sujeito da linguagem* e não pode ser definida senão como “a qualidade subjetiva dos processos psíquicos” nas palavras de Beuler. (AGAMBEN, 2008, p. 58; grifos nossos).

No sexto dia, o menino se sente só e, como um sujeito consciente do seu poder de criação, não hesita em desenhar um menino no papel, à sua imagem e semelhança. Inserido no mundo ficcional recém-criado, ele desenha também um outro menino, espelho de si, em convivência alterificada, ou seja, como seu “outro”.

Mas no sexto dia ele se sentiu só. Desenhou a sua imagem numa página e, diante dela, a de outro menino. Pintou de azul a sua roupa e de vermelho a de seu amigo. E, só de vê-los no papel, já gostava dos dois ali, juntos. (CARRASCOZA, 2016, p. 10-11).

No sétimo dia, enfim, satisfeito diante de sua criação o menino deita numa rede e adormece.

O ato comum de desenhar das crianças transfigura-se, neste conto, na criação do mundo infantil em outro código, ainda que este lhe seja particular, “um microcosmos no macrocosmos” (BENJAMIN, 1994, p. 238). O espaço vazio da página oferece as possibilidades ao menino equipado com seus lápis de cor e dotado de ação criadora. Do estado inicial de penumbra germina o ato imaginário infantil: “um ser para-a-consciência deste em-si” (AGAMBEN, 2008, p. 43), ou melhor, emerge a unidade sintética de uma nova consciência. Observa-se, aqui, a primeira referência à infância da linguagem, potencialidade em tensão de uma voz criadora.

Mais do que uma referência à infância da linguagem, o tempo dos referidos contos é construído como uma experiência identificada com o “fazer”, o que se dá, sobretudo, pela ação da liberdade individualizada buscada apenas e somente pela linguagem das imagens e palavras sugeridas na frase narrativa atrás da experiência originária: “Mas é fácil ver que uma tal in-fância não é algo que possa ser buscado antes e independentemente da linguagem, em uma realidade psíquica qualquer, da qual a linguagem constituiria a expressão”. (AGAMBEN, 2008, p. 58)

Constata-se que, tal como o narrador de “Espinhas” (CARRASCOZA, 2010), a personagem de “Princípio” também sente a necessidade do “outro” como uma consciência de si, para poder se remeter ao mundo da infância no qual se insere como seu *alter*, ainda que tudo o que nele exista seja a sua própria palavra – seu “eu”. A presença do outro é necessária para que fluxos de sua consciência testemunhem a própria experiência no fazer de um novo tempo do re/nascer da linguagem (seu real); lá onde mora o “infantil”, na experiência de passagem da voz da primeira à terceira pessoa: *lugar do fazer de novo e do fazer de conta*. É o narrar como ato de se dizer, não lugar de nascimento das palavras e do pensamento.

As crianças experimentam a admiração e o espanto com o corpo, o cosmos, a própria existência, a presença e a ausência dos outros. Fazem leituras do real, do que nunca foi escrito. Ouvem as vozes das coisas, das plantas, dos bichos. *Fazem também as perguntas primordiais, as indagações fundadoras que estão na origem da filosofia, das ciências, das artes. Dois modos universais de brincar, o fazer de novo e o fazer de conta, são experiências de nascimento do mundo, assim como nascimento das palavras e do pensamento.* Na

verdade, esse nascer é, como outros, um renascer”. (ANTÔNIO, 2013, p. 20; grifos nossos).

Conclusão

Os dois contos do escritor Carrascoza são tomados como exemplos demonstrativos para dar lugar à expropriação da palavra muda efetuada pela semântica da palavra escrita. O registro verbal é reduzido ao "brincar" das palavras, em que o ludismo se basta para evidenciar e diferenciar uma literatura de infância de uma literatura destinada à criança.

A reconciliação do narrar dos contos com a própria natureza do infantil não ocorre no tempo da significação. O referente atemporal deve ser levado em movimento dialético à realização do discurso que dá espaço à voz do infantil, sem separar o tempo num antes e num depois. A infância entendida como consciência, que defendemos na construção textual, é intrínseca à linguagem narrativa e apenas dela se constitui como mediação. Não se trata mais de um referente exterior ou de um desejo à criança, mas de uma infância incorporada à escritura, caracterizada pela negatividade daquilo que é não dito e que permanece no atemporal, não ainda findado na palavra escrita. Aguarda o tempo da voz para que se subjetive como discurso, para que, afinal, alcance a subjetivação do "eu" ao fazer a experiência da cisão da língua com a fala, "sem jamais tê-la", concluiria Agamben.

Ao delimitar o gênero infantil como um evento estético específico, podemos afirmar que as duas narrativas fazem o diálogo com o "inefável", no modo insistente de empenhar-se com o indizível da palavra infantil. Igualmente, isso também acontece com a poesia de infância na economia das palavras recorrentes de sua potência expressiva, que deve orientar-se para a capacidade de dizer com seu *pathos* emocional. O autor Carrascoza propõe, nos seus dois contos, um diálogo com um suposto leitor em seu último objetivo, que é estabilizar o *self* da infância da linguagem: livre, lúdico, presente em estado pleno, descontínuo e sempre novo. Entendemos que deveria ser este o objetivo central e único para a produção chamada de "livros de infância" em seu valor estético e verdadeiro.

Inicialmente, ao pensar a adjetivação "infantil" com mais clareza, quando anexada à *literatura de infância*, fundamentados na filosofia agambeniana – visto ser este termo, historicamente, estabelecido – estamos reafirmando, com base no conceito de experiência da infância da linguagem, o nosso método de pensamento em demonstração. Qualquer outra concepção atribuída à qualidade "infantil" da produção literária para crianças apenas viria reafirmar o exercício de questões taxonômicas, que ainda persistem na significação do "gênero literário infantil". Em contraponto, entendemos que esse exercício linear nega o tempo da história ao discurso de infância, ao reservar-lhe apenas um tempo futuro, enquanto impede o exercício estético do objeto literário no "agora", único instante do presente da aventura da liberdade, do desconhecido e do lúdico.

Nessa perspectiva de liberdade, o poder infantil pode caminhar na direção da essência de seus meios e modos próprios de representar o futuro, quando não terá mais os limites definidos por uma literatura de adultos. Dá-se, afinal, no "agora", a abertura para a lógica da indeterminação compatível com o imaginário infantil e com a experiência de linguagem, na medida em que é capaz de promover a expropriação da experiência da língua; desse modo recebe o poder da identidade cunhada pela negatividade, na potencialidade – “o seu já ser sempre o que não é ainda”. Está estabelecido o novo tempo da linguagem na potência, não lugar de identificação do registro do conhecimento com a experiência da linguagem de infância. Agamben conclui (2008, p. 65): "é algo de onde ele desde sempre se encontra no ato de cair na linguagem e na palavra".

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ANTÔNIO, S.; TAVARES, K. *Uma pedagogia poética para as crianças / Severino Antônio, Katia Tavares*. – Americana, SP: Adonis, 2013.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. Ed. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Tradução, apresentação e notas Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

CARRASCOZA, João Anzanello. *Caixa de brinquedos*. São Paulo: Edições SM, 2016.

CARRASCOZA, João Anzanello. *Espinhos e Alfinetes*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *O primado da percepção e suas consequências filosóficas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PALO, Maria José e D. OLIVEIRA, Maria Rosa. *Literatura Infantil: Voz de criança*. – 2ª ed. – São Paulo: Editora Ática, 1992.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio, ou, Da educação*. / J.-J. Rousseau; tradução Roberto Leal Ferreira. – 3ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

Data de recebimento: 28/09/2018

Data de aceite: 30/10/2018